

Arnaldo Saraiva*

[Depoimento]

Na aldeia serrana de Casegas (Covilhã) em que vivi a minha infância e em que, adolescente, passei sempre as férias escolares não havia nenhuma livraria nem nenhuma biblioteca (se havia, era a do singular professor de liceu e bizarro analista literário Reis Brasil, que também nas férias vinha às vezes ter com a mulher, uma prima sem estudos com quem casara tardiamente, e que quase só era visto pelo povo quando ia à missa).

Para lá do escolar “Livro de Leitura”, uma criança só teria ali acesso a algum almanaque, algum catecismo, algum opúsculo beato. Eu consolava-me tentando ler/ouvir o grande livro oral ou os livros orais das “rimas infantis”, dos provérbios, das adivinhas, das quadras, das canções e dos contos e lendas populares.

Mas na minha casa entravam jornais, que meu pai gostava de ler, apesar de só ter a terceira classe (minha mãe era analfabeta). E que jornais: o semanário diocesano *A Guarda*, o semanário meio paroquial *Notícias da Covilhã*, o semanário *Amigo da Verdade*, que alguns diziam “amigo da mentira”, fabricado por educadores religiosos do Outeiro de São Miguel e distribuído à saída da missa dominical, e o mensário *O Mineiro* com que um inteligente capelão tentava iludir a dureza do trabalho e os baixos salários dos trabalhadores das Minas da Panasqueira. Na minha adolescência chegavam discretamente à aldeia dois exemplares do diário eclesástico *Novidades*, assinados pelo pároco e pelo Presidente da Junta, antigo seminarista e irmão de padres; mas entrava também o *Diário de Notícias*, assinado por um comerciante e chefe de correios, e o *Diário Popular*, assinado por outro comerciante que por sinal era meu tio: um e outro guardavam para mim os suplementos literários dos dois jornais, que, à falta de livros, eu lia com avidez.

Terminada a escola primária fui estudar para a vila onde três anos antes, em 1946, começara a publicar-se o *Jornal do Fundão*, que por ser recente, laico e editado fora do concelho da Covilhã ainda era pouco visto em Casegas.

E foi no Fundão, no seu Seminário, por onde anos antes tinham passado José Marmelo e Silva e Vergílio Ferreira, que tive a minha primeira experiência jornalística: pouco tempo depois de concluir o 4.º ano, a meio das “férias grandes” de verão de 1954, eu e mais uma dezena de colegas fomos chamados ao Seminário para fazermos um jornal a enviar a cerca de três centenas de colegas, para que, no dizer do bispo que assinava o editorial, “o vento daninho de uma férias mal passadas” não fizesse “murchar e fenecer a linda flor da Pureza e da Vocação”. Com um ou dois professores começámos por aprovar o título, *Spes Messis*, que um catedrático de

Lisboa viria a confundir com um “Bulletin des oeuvres du grand séminaire de Bourges, desde 1928”, acertámos nos temas a abordar com brevidade por cada um de nós e nas tarefas de revisão, impressão – a estêncil! – e envio postal; a minha colaboração assinada limitou-se a um poema, “Resolução”, que meses antes Miguel Trigueiros tinha decidido incluir num dos seus recitais e que, sem eu saber, foi enviado por dois professores para a revista do Seminário Maior da Guarda, *Vita Plena*, onde apareceu no seu n.º 9, de junho-julho de 1954, assinado com um anagrama do meu nome por eles inventado.

Ficou combinado voltarmos a reunir em setembro para elaborar um 2.º número do *Spes Messis*; mas um padre achou que devia pôr-me à prova de humildade, dispensando a minha presença e solicitando apenas a minha colaboração, que no n.º 4, de setembro de 1955, incluiria 4 textos; num deles, lá onde eu dizia “vida fora” decidiu esse ou outro padre que devia vir, como veio, “vida em fora”.

A minha estreia na imprensa, aos 14 anos, começava assim com modéstia e com algum acidente ou incidente – que, viria a saber, a colaboração na imprensa sempre favorece. O que não me impediu de enviar logo prosa e verso para jornais e revistas regionais. Mas a minha verdadeira estreia jornalística aconteceria ainda no Fundão, a que voltei depois de passar 3 anos na Guarda; mal acabara de me inscrever no colégio de Santo António, onde prepararia o meu último ano liceal, fui surpreendido com o recado que me transmitiu um conterrâneo que trabalhava na tesouraria do *Jornal do Fundão*: António Paulouro, o diretor já famoso deste jornal, sabendo não sei como da minha presença na vila, queria conversar comigo. Não nos conhecíamos pessoalmente, mas é óbvio que eu só podia disponibilizar-me com euforia para essa conversa, que implicaria o convite para trabalhar de imediato na redação do jornal e um contrato assinado em 9/10/1958. Ainda hoje não sei ao certo qual foi a razão que levou António Paulouro a formular esse convite: não creio que tenha sido a leitura de algum texto – demasiado juvenil – que eu já publicara; foi decerto porque no ano anterior eu tinha ficado em 2.º lugar no concurso que o jornal organizara sobre “Os dez melhores livros de autores portugueses” (em 1.º lugar ficara, imagine-se, o Padre e futuro bispo Januário Torgal Ferreira, que viria a ter honrosamente como colega quando ingressei na Faculdade de Letras do Porto).

Anos mais tarde, António Paulouro diria numa entrevista a Américo Rodrigues que me convidara para revisor de provas e que pouco tempo depois eu já era chefe de redação; exagerava, claro, por simpatia comigo. A verdade é que na redação do jornal, que tinha e teria suplementos culturais relevantes, como & etc, e colaboradores como Rolão Preto, José Régio, António José Saraiva, Eugénio de Andrade, Mário Castrim, Baptista Bastos, Alexandre Pinheiro Torres, José Saramago, José Cardoso Pires, comecei a fazer de tudo, sem abandonar os estudos colegiais: revisor de textos de correspondentes, revisor de provas tipográficas, relações públicas, entrevistador, redator de notícias, notas, anedotas, reportagens, crónicas...

Um ano depois, obrigado a partir para Lisboa para cursar a Faculdade de Letras, deixei essas tarefas, com muita pena; como em tempos escrevi, o *Jornal do Fundão* “ajudou-me a apurar o gosto da leitura e da escrita; pôs-me em contacto com pequenos-grandes problemas das populações portuguesas do interior, tão esquecidas pelos mandões de Lisboa, tão dominadas por

caciques políticos e religiosos; alargou-me os horizontes humanos (...), os horizontes culturais, os horizontes ideológicos”.

Por isso, também nunca mais me desliguei do *Jornal do Fundão*, de que ainda hoje sou eventual colaborador, e a que em várias ocasiões dei algum possível apoio. Lembro por exemplo que durante alguns meses – já depois da suspensão por um semestre com que em 1966 a polícia e a política salazarista castigara infamemente o que era então o mais prestigiado jornal português de oposição – eu me dispus a levar semanalmente as provas de página à Censura lisboeta, que não poupava nos cortes e na tentativa de sufocar o incómodo semanário.

Foi ainda António Paulouro que me quis ligar em *part-time*, só para tarefas de revisão e de tradução de textos, à revista *Arco-Iris*, de que ele era oficialmente o diretor, e que era propriedade do *Jornal do Fundão*, que a imprimia. Mas a sua redação e administração, como o seu editor Álvaro Fernandes Marques, funcionava em Lisboa, onde vivia o seu diretor executivo (ou chefe de redação), o escritor Mário-Henrique Leiria, secretariado pelo poeta António José Forte. Concebida com o idealismo que António Paulouro punha nos seus generosos projetos, entre os quais se contaria o da revista *Nova*, que Herberto Helder organizou e de que só saíram dois números, em 1975 e 1976, a revista de pequeno formato que se anunciava como “revista mensal de tudo para todos” pretendia ser uma espécie de *Reader’s Digest* portuguesa. Mas Mário-Henrique Leiria, que se gabava de ter passado por distintos empregos em intervalos de perseguições políticas, e que no Brasil onde vivera vários anos trabalhou numa editora, não tinha experiência, nem saúde, nem hábitos disciplinados que o recomendassem para a tarefa de que o encarregou António Paulouro. Com um grafismo simples, a revista não nomeava nenhum grupo de jornalistas ou colaboradores de grande qualidade, não dispunha de sólidas estruturas de publicidade, distribuição e venda, não definia linhas claras ou especiais da sua intervenção, não explorava áreas importantes da vida ou da realidade nacional, e vivia sobretudo de traduções de textos distribuídos por uma ou duas agências. Na preparação do primeiro número, vi logo a morte anunciada da revista com o belo nome de *Arco-Íris*, que nem chegaria a meia dúzia de números.

Pouco tempo depois fui indigitado, por intermédio de Ruy Belo, para chefiar a redação de *Rumo*, “revista de problemas atuais” em que já colaborava. Nos poucos meses em que cumpri essa tarefa, em 1961 e 1962, trabalhando com um “conselho de redação” esclarecido mas tendencialmente ortodoxo, em que não entravam “católicos progressistas” como os que então faziam a revista *O Tempo e o Modo*, empenhei-me no convite a colaboradores e na publicação de colaborações, sobretudo da esfera literária, que renovassem e melhorassem a imagem ideológica e cultural da revista.

Chamado por irreparável engano e à pressa (começara a guerra colonial) para a tropa, poucos dias depois de concluir o meu segundo ano de Letras, iria ter em Mafra uma imprevisível atividade jornalística. Não sei que tenente ou capitão achou por bem nomear-me para a elaboração de um “jornal da parede” ou de um “jornal da caserna” – tarefa que não podia recusar, porque além de me permitir explorar áreas do cómico verbal ou verbo-visual em tempo e ambiente tão desolador me livrava de penosas marchas noturnas e de algum exercício mais

violento. Eu nunca me disporia a ser um “enviado especial” a guerras, embora admire a coragem e a escrita de muitos.

Em 1971, já docente da Faculdade de Letras do Porto, que congeminou uma precária *Revista* de que eu seria por pouco tempo “secretário de redação”, fui convidado para fazer parte do corpo diretivo da Cooperativa *Árvore*, responsabilizando-me por atividades culturais distintas das artes plásticas. Um dia decidi criar o que chamei “jornal falado”, uma sessão em que 4 ou 5 especialistas discorriam sobre temas da atualidade cultural e social portuense e portuguesa, o que quase sempre implicava a crítica do regime e atraía muito público; antes do início de uma sessão para que tinha convidado José Augusto França, apareceu a PIDE, a proibi-la terminantemente. Já depois do 25 de abril, na euforia pedagógica que percorreu o país resolvi criar o “Boletim cultural” *Árvore*; o primeiro número, de maio de 1975, incluiu uma entrevista que fiz a Jean-Paul Sartre, um poema de Eugénio de Andrade, textos de Nuno Teixeira Neves, Joaquim Vieira, António Jacinto Rodrigues, Mário Cláudio, Mário Vilela, Maria de Fátima Marinho, Henrique Manuel, João Camilo. No segundo colaboravam Rodrigues Lapa, Egito Gonçalves, Fernando Guimarães, Manuel António Pina, Pedro Barbosa, etc. Mas a cooperativa *Árvore* não tinha meios para custear o papel e a impressão que inicialmente eram oferta da tipografia Rocha, de Vila Nova de Gaia; o “boletim” não foi além de 3 números e de um suplemento, exigido pela indignação provocada por uma bomba com que em janeiro de 1976 a extrema-direita quis destruir o elegante edifício setecentista que a *Árvore* tinha recuperado.

Pouco tempo depois, ciente de que o génio de Pessoa ainda era muito mal conhecido e estudado em Portugal e no estrangeiro, empenhei-me na criação (em 26 de abril de 1976) de um Centro de Estudos Pessoaanos, que em novembro de 1977 iniciaria a publicação da revista *Persona*, sob a minha direção e a de Maria da Glória Padrão e José Augusto Seabra; este abandonaria a revista depois do seu 3.º número, mas ela iria até ao n.º 11-12 (dezembro de 1985) e deixaria de se publicar não por não cumprir o seu objetivo, não por falta de sucesso, nacional e internacional, não por carência de excelentes colaboradores de vários países ou de excelentes colaborações (que motivaram a sua reimpressão em 2019 pela Casa Fernando Pessoa) mas pelas comuns e consabidas razões: incumprimentos do distribuidor, falta de apoios para custear a edição.

Entretanto, já me tinha envolvido noutra publicação bem distinta. O então meu vizinho Major Valentim Loureiro, sabendo-me sócio do Boavista, desafiara-me a integrar os seus corpos diretivos. Não recusei, mas preveni-o que só aceitaria ocupar-me em tarefas culturais. Ele aceitou, e eu propus logo que o clube voltasse a ter um jornal, o que também foi aceite. Assim nasceu *O Boavista*, cujo primeiro número apareceu em maio de 1985. Convencido de que “nem só de desporto vive, ou deve viver, um clube desportivo”, quis que o jornal, escrito em linguagem desataviada, desse conta das atividades nas várias modalidades do clube, e falasse da sua longa história – o que levaria à publicação da primeira história do clube, elaborada a meu pedido por Amândio Barros – mas que na medida do possível contribuísse também para a educação da massa associativa ou do público desportivo e favorecesse a reflexão cultural, para o que consegui até colaborações de escritores como Óscar Lopes, Agustina Bessa Luís,

Eugénio de Andrade, António Ramos Rosa, Manuel A. Pina, etc. Embora lutando com várias limitações, desde logo porque o Boavista não tinha muitos associados que pudessem assinar o jornal e porque, estimulado a investir na formação de uma boa equipa de futebol, parecia a alguns pouco sensato que o clube gastasse dinheiro com jornalistas e um jornal, que parecia dispensável quando havia fácil acesso a 3 diários desportivos portugueses (mais um, dado que o *Jornal de Notícias* dedicava diariamente várias páginas ao desporto). O *Boavista* foi resistindo até ao n.º 81, de dezembro de 1993, chegando mesmo a editar dois números especiais, duas revistas que celebraram a vitória numa Taça de Portugal e os 90 anos do Clube. E só deixou de se publicar porque eu parti para Paris, convidado para ensinar na Sorbonne, e Valentim Loureiro não quis substituir-me.

Sem falar em revistas e jornais, portugueses e estrangeiros, a que me liguei como colaborador, ou a cujo conselho editorial pertenci ou pertencio, referirei apenas, neste último caso, e por razões óbvias, o *Boletim* da Universidade do Porto, cujo primeiro número apareceu em outubro de 1990. Projetado pelo então reitor Alberto Amaral, que com esse *Boletim* pretendia “apresentar externamente uma nova imagem de qualidade e dinamismo” da Universidade do Porto, “fazer circular a informação “ sobre as novas tecnologias e as mutações científicas e sociais “dentro de si e para o exterior“, o *Boletim* passou por algumas mudanças gráficas, de direção e de redação, mas manteve sempre o mesmo objetivo e foi sempre programado a partir das sugestões e discussões de um conselho editorial de que sempre fizeram parte – além de Alberto Amaral (e de mim) – Alexandre Alves Costa, Jorge Olímpio Bento, José Madureira Pinto, Manuel Sobrinho Simões, Paulo Tavares de Castro e Teresa Lago, a que nalgum momento se associaram Carlos Magno, João Miguel Teixeira Lopes e Joaquim Borges Gouveia. Não é preciso referir o prazer e o proveito que resultavam dessas discussões e a importância histórica e científica de muitos textos que ao longo da década de 90 foram publicados nos mais de 30 números do *Boletim*.

O final desses anos 90 impôs-me a criação e a direção de duas outras revistas: *Cadernos de Serrúbia* e *Terceira Margem*. *Cadernos de Serrúbia* foi editada pela então recém-criada Fundação Eugénio de Andrade, que eu ajudara a fundar e de que viria a ser Presidente. Vocacionada para a revelação e estudo da poesia, desde logo a do poeta que dava o nome à Fundação, ela quis ser, como escrevi à entrada do seu primeiro número, publicado em dezembro de 1996, “um poético lugar incomum”, onde convivessem “portugueses e estrangeiros, a razão e a emoção, o moderno e o antigo que não deixou de ser moderno”, e onde se cruzassem as “águas vivas da imaginação ou da criatividade verbais, hoje em dia tão menosprezadas, e tão expostas a poluições impunes”. Cumpriu honradamente essa tarefa, mas não resistiu às contingências de uma fundação sem fundos e ainda por cima vítima de “amantes do dinheiro” e de confusões jurídicas que levariam à sua extinção. A revista a que Eugénio de Andrade quis dar o nome durou até outubro de 2006, quando foi publicado o seu n.º 6.

Terceira Margem, título retirado de um conto de Guimarães Rosa, apareceu em 1998 como “revista do Centro de Estudos Brasileiros” que criei na Faculdade de Letras do Porto. Relacionável com a docência da cadeira de Literatura Brasileira iniciada em 1972, há 50 anos, a

revista, concebida com o grafismo criativo de João Machado, de que já me valera no boletim da *Árvore* e na revista *Persona*, respondia à carência informativa e crítica que em Portugal se fazia sentir em relação à literatura do “país irmão”. Exclusivamente dedicada a essa literatura, obedecia a um programa em que só entravam textos originais de poesia e prosa de brasileiros, tão importantes como os que apareciam logo no primeiro número – João Cabral de Melo Neto, Augusto de Campos, Armando Freitas Filho, João Gilberto Noll –, e em que entravam documentos inéditos, notas de atualidade e críticas de livros, assinadas sobretudo por portugueses e por docentes ou alunos de mestrado e doutoramento da FLUP. Coadjuvado embora por Maria de Fátima Marinho e por Francisco Topa, a revista exigiu-me sempre, como a *Persona* e o *Boavista*, muito esforço, somado ao das comuns tarefas universitárias: pedidos seletos e às vezes insistentes de colaborações, leitura e coordenação de textos, resolução de problemas gráficos e tipográficos, revisão de provas, empenho na distribuição e venda. Mas não foi por isso que ela se ficou pelo n.º 5, de abril de 2004. Foi porque lhe faltou o apoio que a Faculdade não podia dar e o subsídio português (brasileiro nunca o teve) que garantia o pagamento do trabalho tipográfico (já que, como se tornou escandalosamente usual, nunca foi possível pagar colaborações culturais).

A reflexão sobre a experiência de mais de 60 anos de empenho em tarefas relacionadas com a publicação de jornais e revistas de diversa espécie, e para distintos públicos-alvo, pode suscitar sentimentos algo melancólicos: a precariedade dos pequenos *media* ou dos *media* culturais, os custos de produção impressa, a escassez de leitores ou o desinteresse das massas pela leitura, a manipulação mediática, o lixo e os ruídos da informação escrita, a linguagem pobre, apressada ou formatada, as pressões de vária ordem, a falta de investimentos na cultura, as mudanças aceleradas nos modos de comunicação das últimas décadas, a revolução eletrónica e internética...

Mas também pode despertar sentimentos menos disfóricos: afinal a história da imprensa portuguesa, desde a *Gazeta* de 1641, conta com numerosas páginas gloriosas; o jornal e a revista ainda têm algumas vantagens sobre o livro (em suporte de papel ou em suporte eletrónico); o trabalho num jornal ou numa revista pode ser altamente educativo, prazeroso e fecundo para quem o faz e para quem o recebe; mau grado a rigidez (na construção dos títulos, na elaboração das notícias, em usos da linguagem como a do “politicamente correto”, no número de caracteres, nos formatos...) cada vez mais visível nos *media* ainda é possível encontrar, até numa só publicação, grande variedade de informações, de pontos de vista e de linguagens, incluindo a linguagem literária que só mentecaptos quererão abolir.

Não é preciso ser profeta para proclamar que as revistas e os jornais serão ainda por longos anos instrumentos fundamentais para garantir a democracia, a saúde e o progresso de qualquer pequena ou grande comunidade.

NOTA

* Arnaldo Saraiva é Professor emérito da Universidade do Porto, ensaísta, poeta, cronista e tradutor. Licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lecionou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, na Universidade de Paris – Sorbonne Nouvelle e na Universidade Católica Portuguesa (Porto). Foi fundador do Centro de Estudos Pessoaanos e presidente da Fundação Eugénio de Andrade. Criou as revistas *Persona*, *Terceira Margem* e *Cadernos de Serrúbia*, e colaborou em vários jornais e revistas literárias. É sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.